

TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA DAS MULHERES NO CONTEXTO DA MINERAÇÃO NO QUADRILÁTERO FERRÍFERO DE MG: Uma análise a partir do Projeto Flor de Anahí – Mulheres Lutadoras Sociais.

Rosana da Silva Oliveira¹

Kathiuça Bertollo²

RESUMO:

Este artigo analisa os impactos da mineração extrativista no cotidiano e as lutas protagonizadas por mulheres no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. Assume como recorte analítico os depoimentos realizados nas rodas de conversa do Projeto Flor de Anahí – Mulheres Lutadoras Sociais, ação afirmativa e extensionista vinculada à Universidade Federal de Ouro Preto, de 2021 a 2023. Examina como o contexto da mineração, caracterizado por impactos sociais e ambientais profundos e violentos, molda a trajetória de vida das mulheres e influencia o seu protagonismo nas lutas sociais e coletivas na região.

Palavras-chave: Mineração; Movimentos sociais; Mulheres.

ABSTRACT:

This article analyzes the impacts of extractive mining on daily life and the struggles led by women in the Iron Quadrangle of Minas Gerais. Its analytical focus is on the testimonies made in the discussion groups of the Flor de Anahí Project – Mulheres Lutadoras Sociais, an affirmative action and extension program linked to the Federal University of Ouro Preto, from 2021 to 2023. It examines how the context of mining, characterized by profound and violent social and environmental impacts, shapes the life trajectories of women and influences their protagonism in social and collective struggles in the region.

Keywords: Mining; Social movements; Women.

¹ Bacharela em Serviço Social pela UFOP. E-mail: rsnsol99@gmail.com

² Doutora em Serviço Social pela UFSC. Docente do Departamento de Serviço Social da UFOP. E-mail: kathiuca.bertollo@ufop.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca evidenciar os elementos do contexto da mineração extrativista na região do Quadrilátero Ferrífero³ de Minas Gerais (MG) refletindo sobre as lutas sociais protagonizadas pelas mulheres diante desse cenário de exploração e, para isso, será dada ênfase às ações afirmativas da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) e às ações extensionistas da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX) no âmbito da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), especialmente ao Projeto *Flor de Anahí – Mulheres Lutadoras Sociais*, que serve como a fonte documental dos relatos das mulheres que participaram como convidadas das *lives* e rodas de conversas realizadas entre os anos de 2021 a 2023.

O método crítico dialético orientou a construção da pesquisa que agora tem seus resultados explicitados neste texto. Este método tem como fundamento a análise das contradições sociais e econômicas para compreender a realidade em sua totalidade, permitindo o entendimento das relações de poder e de dominação impostas às mulheres no contexto da mineração extrativista, destacando as formas de resistência que as mulheres constroem e os processos históricos que moldam suas lutas. A pesquisa foi realizada através de uma abordagem bibliográfica e documental através da coleta de dados secundários já documentados e tornados públicos nas cartilhas e *lives* realizadas pelo Projeto Flor de Anahí – Mulheres Lutadoras Sociais. Também é refletido sobre os impactos e desafios impostos pelo contexto da mineração extrativista nas trajetórias de vida e luta das mulheres, interpretando o seu papel como protagonistas sociais, discutindo os efeitos da mineração sobre suas vidas e suas comunidades.

Evidenciar tal cenário é relevante pois amplia a compreensão sobre as dinâmicas de resistência, enfrentamento e posicionamento das mulheres nos contextos de opressão e exploração capitalistas, proporcionando reflexões e contribuindo com as estratégias para o alcance e materialização da emancipação política e humana.

A estrutura do texto está organizada de forma que o item 2 apresenta o contexto da mineração extrativista na região do Quadrilátero Ferrífero de MG, abordando as dimensões sociais e ambientais desse modelo de mineração no território e o contexto de luta e protagonismo das mulheres no enfrentamento a essa questão. O item 3 reflete sobre

³ QFE 2050 - Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2024. Site: Disponível em: <https://qfe2050.ufop.br/>. Acesso em: 21 ago. 2024

as lutas sociais das mulheres no contexto da mineração através das ações afirmativas da PRACE e as ações extensionistas da PROEX -UFOP, destacando o papel do Projeto Flor de Anahí – Mulheres Lutadoras Sociais ao passo em que assume o objetivo de expor e refletir sobre os atravessamentos da mineração extrativista na trajetória de vida das mulheres convidadas e evidenciadas pelo projeto. Importa mencionar que essa articulação reafirma o compromisso da universidade pública através da assistência estudantil e da extensão universitária enquanto ferramentas essenciais para o desencadeamento de reflexões críticas e tensionamentos à ordem vigente, uma vez que promove um diálogo contínuo entre a universidade e o contexto social mais amplo. Por fim, são apresentadas as considerações finais que constataam que o percurso interventivo e de estudo realizado através de distintas dimensões acadêmico-formativas que se entrelaçaram com as lutas sociais protagonizadas por mulheres na região do Quadrilátero Ferrífero, contribuem na potencialização de formas de resistências coletivas frente ao contexto da mineração extrativista.

2 O CONTEXTO DA MINERAÇÃO EXTRATIVISTA NA REGIÃO DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO DE MINAS GERAIS (MG) E AS LUTAS SOCIAIS PROTAGONIZADAS PELAS MULHERES.

Esta reflexão pretende retomar o contexto que envolve a “questão social” na mineração extrativista na região do Quadrilátero Ferrífero de MG, destacando as dinâmicas de exploração e destruição resultantes desse modelo de mineração em vigência, que tudo destrói. A mineração nessa região, enquanto motor econômico, é geradora de profundos e negativos impactos sociais e ambientais que afetam diretamente a vida e sobrevivência das comunidades locais. A atuação predominante de grandes empresas mineradoras, associada à ausência de políticas públicas eficazes para atenuar esses efeitos negativos, perpetua um ciclo de violências e de dependência econômica vivenciado pelas comunidades e territórios minerados.

O estado de Minas Gerais é marcado historicamente por sua relação com a mineração extrativista desde o período colonial. No século XVI, a descoberta do ouro e outros metais preciosos na região desencadeou a ação predatória de grupos bandeirantes em busca de riquezas minerais. Essa intensa exploração contribuiu para o aparecimento de núcleos urbanos, visto que a partir da atividade minerária, conglomerados populacionais e atividades socioculturais tipicamente urbanas surgiram, conforme

observa Fonseca (2016, p. 195). Além da sua composição territorial, a estrutura social, econômica e cultural no território mineiro também teve influências provocadas pela mineração, que é secularmente a principal atividade econômica exploratória da região e na contemporaneidade é focada prioritariamente no minério de ferro.

Ao discutir a mineração, é crucial reconhecer que essa prática está inserida em um contexto de exploração predatória, característico do estágio atual do capitalismo. Como aponta Bertollo (2018, p. 217 *apud* Coelho et al., 2016, p. 195), os recursos minerais, embora abundantes na natureza, se esgotam rapidamente sob o impacto de uma extração intensiva. Nesse cenário, é urgente questionar o modelo de mineração vigente, que prioriza o lucro imediato em detrimento de uma gestão sustentável e saudável dos recursos e do bem-estar das comunidades locais. Este atual modelo de mineração extrativista, orientado por interesses econômicos de curto prazo, desconsidera os danos ambientais irreversíveis causados e as desigualdades sociais que são perpetuadas, reforçando a necessidade de uma transformação profunda nas práticas minerárias atualmente em operação.

Localizado na porção centro-sudeste do Estado de Minas Gerais, o Quadrilátero Ferrífero tem extensão de aproximadamente 7 mil quilômetros quadrados, possuindo como principais minérios o ouro, o manganês e o ferro. A região possui como vértices as cidades de Itabira, a nordeste, Mariana, a sudeste, Congonhas, a sudoeste e Itaúna, a noroeste. Para além disso, a região do QF:

[...] possui uma localização privilegiada, com boas opções de acesso, já que está situada em parte na região metropolitana de Belo Horizonte (capital do Estado de Minas Gerais). Engloba os municípios de: Bom Jesus do Amparo, São Gonçalo do Rio Abaixo, Barão de Cocais, Santa Bárbara, Catas Altas, Alvinópolis, Mariana, Ouro Preto, Ouro Branco, Congonhas, Jeceaba, Belo Vale, Moeda, Itabirito, Rio Acima, Brumadinho, Mário Campos, Sarzedo, Ibirité, Nova Lima, Raposos, Sabará, Caeté, Belo Horizonte, Santa Luzia no Estado de Minas Gerais (GEOPARK, QUADRILÁTERO FERRÍFERO, 2016).

É de grande relevância econômica e ambiental já que as reservas atuais de minério de ferro estão avaliadas em 29 bilhões de toneladas, e por se tratar de uma das mais importantes províncias minerais produtivas do país e a mais conhecida, em termos geológicos (Prado Filho e Souza, 2004). A região, apesar das numerosas riquezas produzidas “jamais desfrutou de um desenvolvimento autônomo e justo, padecendo pela concentração de renda, marginalização social, desemprego e subordinação política” Coelho (2012, p. 129), sendo vista como uma manifestação concreta do sistema amplo de dependência econômica e dominação imperialista, que neste chão e a partir desta

atividade econômico-produtiva se dá pela superexploração da força de trabalho e destruição ambiental. Dependência essa, entendida como uma “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, onde as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2011, p. 134-135).

Dessa forma, o que ocorre no Quadrilátero Ferrífero é um exemplo emblemático de como a mineração extrativista moldou e continua a influenciar a economia e a sociedade local, evidenciando as contradições inerentes a esse modelo de desenvolvimento sob os marcos do capitalismo dependente, resultando no ciclo da “minério-dependência” (Coelho, 2012). Com a forma assumida pela infraestrutura da região mineradora, o lucro de curto prazo é possível apenas para as mineradoras que, dessa forma, serão as únicas a terem intenção de investirem na região. Assim, a população local se vê envolta em um contexto de “minério-dependência” que têm implicações econômicas, mas também, sociais, políticas e culturais.

Movimentos contra hegemônicos encontram obstáculos difíceis de serem superados, além do que a o fato de a população local estar imersa no desemprego e subemprego é cenário propício para a instalação das mineradoras, sendo a promessa de geração de empregos um elemento chave na negociação das mineradoras com os poderes públicos e até mesmo com as comunidades. Os prejuízos decorrentes da mineração são suportados em troca de pequenas concessões feitas pelas mineradoras. O trabalho nas minas, por mais árduo que seja, é sinônimo para a população local de atendimento das necessidades humanas básicas, e é exatamente essa consequência de curto prazo o principal trunfo para a manutenção da atividade minério-exportadora.

Essa dependência de grandes empresas mineradoras, ou dessa atividade econômica predominante na região, possibilita uma maior tolerância por parte da população frente aos prejuízos, não só ambientais, mas também sociais, como a superexploração da força de trabalho e impactos negativos na sobrevivência da classe trabalhadora, ou seja, se evidenciam os efeitos sociais da dependência para além de suas consequências econômicas. Esse ciclo de exploração e marginalização é agravado pela ausência de políticas públicas que promovam a diversificação da economia regional, o que poderia fornecer alternativas ao modelo de mineração atual e reduzir a vulnerabilidade socioeconômica das comunidades locais atingidas.

É frente a este cenário que as mulheres emergem como protagonistas das lutas sociais, desempenhando um papel crucial na mobilização e organização das comunidades

atingidas. Suas atuações são essenciais nas reivindicações por justiça, reparação e garantias de melhores condições de vida nos territórios. As mulheres, notadamente afetadas de maneira mais aguda e violenta pelos impactos da mineração, têm liderado ações para reivindicar direitos, denunciar abusos e promover a construção de alternativas viáveis de sobrevivência local. Em suma, as mulheres têm enfrentado a marginalização, as violências e violações de direitos e a sobrecarga para contribuir com a transformação da sociabilidade atual na região do Quadrilátero Ferrífero de MG, destacando-se por seu protagonismo na luta contra a mineração extrativista e na busca por um modelo de sociedade que desafie e supere as estruturas de poder capitalistas dependentes, a exemplo das lutas desencadeadas no contexto pós rompimento-crime da Barragem de Fundão, ocorrido em 5 de novembro de 2015, fato este que é um exemplo extremado das consequências da mineração extrativista e se configura como o maior crime socioambiental da história do Brasil, uma vez que derramou 52 milhões de m³ de lama e rejeitos tóxicos da mineração nas comunidades, rios e ecossistemas no entorno e pelo caminho e o fluxo de rejeitos destruiu totalmente e/ou parcialmente as localidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Gesteira, Ponte do Gama, Camargos, Águas Claras, Barra Longa e deixou um rastro de destruição até o Espírito Santo, percorrendo 663,2 km de cursos d'água.

Ao longo do trecho atingido foram constatados danos ambientais e sociais diretos, tais como a morte e desaparecimento de pessoas; isolamento de áreas habitadas; desalojamento de comunidades pela destruição de moradias e estruturas urbanas; fragmentação de habitats; destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa; mortandade de animais de produção e impacto à produção rural e ao turismo, com interrupção de receita econômica; restrições à pesca; mortandade de animais domésticos; mortandade de fauna silvestre; dizimação de ictiofauna silvestres em período de defeso; dificuldade de geração de energia elétrica pelas hidrelétricas atingidas; alteração na qualidade e quantidade de água, bem como a suspensão de seus usos para as populações e a fauna, como abastecimento e dessedentação; além da sensação de perigo e desamparo da população em diversos níveis (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2015, p. 34).

Vinte vidas foram perdidas, dessas, 14 trabalhadores da barragem e 5 moradores de Bento Rodrigues (IUCN, 2018), dentre os moradores, uma mulher que estava grávida de 03 meses e que precisou lutar por anos na justiça para ter o reconhecimento do seu bebê como a 20ª vítima fatal após o rompimento-crime, visto que a mineradora Samarco, controlada pela Vale e pela BHP Billiton, negou responsabilidades sobre o feto (Senra, 2016). Tal fato é mais uma evidência explícita da violência extremada da mineração sobre as mulheres do território.

Cerca de 600 pessoas perderam suas casas no distrito de Bento Rodrigues. O rompimento criminoso teve impactos devastadores ao longo de toda a bacia do Rio Doce, atingindo não apenas o meio ambiente como também a vida de milhares de pessoas e de comunidades ao longo da extensão desta bacia hidrográfica, isso porque, as consequências do rompimento-crime incluem a contaminação de solos e cursos d'água, destruição de habitats naturais, perda de meios de subsistência para milhares de pessoas que dependiam de atividades agrícolas, pesqueiras, turísticas e do garimpo artesanal/tradicional.

É essencial considerar a perspectiva que descreve fatos como os rompimentos criminosos de barragem ocorridos em Mariana-MG e Brumadinho-MG como representações do “modus operandi do capital e de seus expoentes – das mineradoras, neste chão secularmente saqueado e explorado” (Bertollo, 2023, p. 290), pois revela que os padrões de reprodução do capital no contexto do capitalismo dependente geram e transferem valor para as nações imperialistas e suas classes dominantes, ao mesmo tempo em que causam danos ao meio ambiente e exploram a força de trabalho, resultando em um cenário de violência, violações e opressão (Bertollo, 2021, p. 467). Conclui-se que a atuação dos diversos sujeitos coletivos não responde apenas a fatores imediatos do rompimento-crime, mas configuram uma dinâmica de enfrentamento à uma lógica sistêmica de violências praticadas pelas mineradoras neste território.

Diante deste cenário, surgiram inúmeras frentes de lutas coletivas por justiça, reparação e indenização das comunidades atingidas, que se mobilizaram/mobilizam para reivindicar a responsabilização por parte das empresas e poder público. É fundamental enfatizar a importância/existência dos diversos sujeitos coletivos em Mariana-MG e região, a exemplo do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Sindicato Metabase Inconfidentes, da Frente Mineira de Luta das Atingidas e Atingidos pela Mineração (FLAMa-MG) no contexto das lutas sociais. Esses grupos, juntamente com a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) e com o apoio da Assessoria Técnica Independente (ATI) Cáritas, têm se mobilizado ativamente para defender os interesses das comunidades e sido essenciais para a promoção da justiça e busca pela reparação de modo efetivo, destacando-se nesse contexto de organização popular e comunitária, a expressiva participação das mulheres.

2.1. Mulheres nas lutas sociais no contexto da mineração extrativista na região do Quadrilátero Ferrífero de MG.

O cenário da mineração extrativista no Quadrilátero Ferrífero tem sido marcado pelas resistências locais como uma força social e coletiva que se coloca contra a exploração e a lógica predatória de destruição e mortes decorrentes deste processo produtivo. Assim, as mulheres têm se destacado como protagonistas e assumido cada vez mais um papel central nas lutas, se posicionando firmemente contra as práticas de exploração que destroem seus territórios, ameaçam suas vidas e fragilizam a sobrevivência de suas comunidades. Em meio a essas adversidades, movimentos em sua maioria liderados e compostos majoritariamente por mulheres, como a FLAMa-MG, o MAB, o coletivo Mulheres Guerreiras de Antônio Pereira, a Frente Popular em Defesa de Amarantina, o MAM e a CABAF, emergem como expressões poderosas de enfrentamento e resistência popular.

É através desses instrumentos e da participação ativa que se constitui o tensionamento à essa sociabilidade burguesa na qual as mulheres têm desafiado a violência estrutural e institucional, além do silenciamento e do apagamento, se destacando como símbolos de força e oposição nesse contexto tão marcado pelas opressões:

É no enfrentamento e tensionamento a esta estrutura produtiva e conformação societária que as lutas sociais são travadas nesta singular região de Minas Gerais, do Brasil, da América Latina. As lutas travadas por diferentes sujeitos coletivos neste território, historicamente pautaram o enfrentamento à mineração extrativista e à exploração e destruição que desencadeia. Neste início de século XXI os conflitos e embates entre as mineradoras e as comunidades se agravaram. Tornar-se, de uma hora para outra, um atingido/atingida diretamente, ou estar submetido a situação cotidiana de sofrimento e incerteza em função da iminência de novos rompimentos fez com que estes indivíduos se organizassem cada vez mais fortemente e coletivamente construíssem formas de resistência (Bertollo, 2021, p. 318).

A dependência e saqueio que marcam o Brasil e a América Latina estão profundamente enraizados em um sistema de exploração que remonta ao período colonial e que se perpetua na contemporaneidade. O desequilíbrio crescente entre o extrativismo e o setor manufatureiro e a desindustrialização da economia brasileira são exemplos de aspectos dessa história que continuam a se repetir (Rosa, 2019 p. 55 *apud* Petras, 2004), mas é importante entender que essa dinâmica de exploração não opera apenas no âmbito econômico, também opera e se sustenta na opressão de gênero que se entrelaça com a lógica do capital. As lutas das mulheres contra o atual modelo de mineração e seus

impactos violentos e de morte devem ser compreendidas como uma resposta ao duplo sistema opressor articulado entre o patriarcado e o capitalismo, ambos responsáveis pela marginalização e expropriação tanto dos recursos naturais quanto dos corpos e vidas das mulheres.

O protagonismo dessas mulheres não surge de uma condição secundária, mas de uma resistência contra a estrutura que perpetua o sexismo e a exploração de classe (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019), demonstrando que, no caso em tela, a luta contra o atual modelo de mineração é também uma luta contra a opressão de gênero que está entranhada na própria estrutura do capitalismo dependente no Brasil e na América Latina.

A atuação das mulheres, nesse contexto imposto e demarcado de lutas, às revela enquanto agentes e lutadoras sociais de maneira insurgente na busca pela dignidade, oposição e reconhecimento frente a um sistema que, historicamente, viola os direitos, silencia as vozes e invade a sua existência enquanto mulheres. É através desse combate às desintegrações sociais causadas nesse cenário de capitalismo dependente e exploração predatória que são refletidos a importância e o impacto das lutas dessas mulheres no contexto da mineração extrativista na região do Quadrilátero Ferrífero de MG.

A seguir serão evidenciados os atravessamentos do contexto da mineração extrativista na trajetória de vida, e por consequência, de luta para as mulheres que relataram suas vivências para o Projeto Flor de Anahí – Mulheres Lutadoras Sociais, ilustrando as ações e contribuições dessas mulheres nos principais palcos e movimentos de resistência, para gerar referências que evidenciam o papel crucial na defesa dos direitos, na promoção de justiça e na transformação social que desempenham em seus territórios.

3 O PROJETO FLOR DE ANAHÍ – MULHERES LUTADORAS SOCIAIS ENQUANTO MECANISMO DE DIVULGAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA, LUTA E RESISTÊNCIA DAS MULHERES NO CONTEXTO DA MINERAÇÃO NO QUADRILÁTERO FERRÍFERO.

Este item objetiva o resgate e análise das participações das mulheres convidadas entre os anos de 2021 a 2023, lembrando suas contribuições, experiências e vivências compartilhadas. Buscamos evidenciar o perfil de dez aguerridas mulheres que têm em comum um mesmo traço em suas trajetórias: a Resistência frente ao atual modelo de mineração extrativista operado pelas empresas mineradoras nos territórios de Mariana-

MG, Ouro Preto-MG e seus distritos, em que prevalece a lógica predatória, de destruição e mortes.

Para tanto, iniciamos demarcando que a extensão universitária é um dos pilares que permite a universidade cumprir com seu papel e função social de forma concreta, conectando o conhecimento acadêmico com a comunidade e empenhada em ações de desenvolvimento social, cultural e político.

Historicamente, o papel de uma universidade pública é produzir saberes com vistas a contribuir para a construção de uma sociedade democrática, justa, inclusiva e solidária. Essa missão institucional deve significar que a construção de conhecimento, sua função precípua, a socialização do conhecimento produzido pela ação de ensinar, bem como a sua disseminação como instância da cultura possibilitam a constituição de uma dada visão de mundo, a qual se materializa no processo de desenvolvimento da sociedade civil organizada (Miguel, 2023, p. 21).

O Projeto Flor de Anahí – Mulheres Lutadoras Sociais, desenvolvido no âmbito das ações afirmativas da PRACE e via extensão através da PROEX, contribui na materialização da função social da universidade pública e exemplifica como a extensão universitária e as ações da assistência estudantil podem promover a valorização das trajetórias pessoais e lutas sociais, ao mesmo tempo em que contribui para a formação ampla, generalista e crítica das e dos estudantes na UFOP. Isso não apenas evidencia o compromisso da universidade com a equidade e justiça social, bem como fortalece efetivamente o vínculo entre a produção de conhecimento acadêmico e a realidade social nas comunidades, refletindo o potencial transformador da educação pública de qualidade.

No contexto da disciplina “Classes e Movimentos Sociais”, ofertada no curso de graduação em Serviço Social e ministrada pela professora Kathiucha Bertollo, foi desenvolvida, no semestre letivo de 2019.1, a atividade que resultou na construção do “Mural dos Lutadores e Lutadoras Sociais”. Essa atividade destacou especialmente a participação das mulheres nas lutas e movimentos sociais. Com a pandemia de COVID-19, essa atividade pedagógica foi reformulada e a “Cartilha de Lutadores e Lutadoras Sociais” passou a substituir o mural. Foram produzidas quatro edições da Cartilha que destacava a expressiva participação das mulheres, suas posições orientadas por firmeza teórica e política frente às lutas e movimentos sociais que expressam demandas legítimas da classe trabalhadora.

Ainda vivenciando o período de isolamento social e adaptando-se ao trabalho e ensino de maneira remota, surge a oportunidade de construção do Projeto Flor de Anahí – Mulheres Lutadoras Sociais, possibilitando uma maior aproximação às temáticas de gênero, classes sociais, lutas sociais, e resistências do povo mineiro, brasileiro e latino-

americano frente ao modelo de mineração extrativista. Assim, o Projeto Flor de Anahí – Mulheres Lutadoras Sociais configura-se como uma ação que objetiva divulgar, dar voz e visibilidade às mulheres lutadoras sociais da região do Quadrilátero Ferrífero de MG, que enfrentam a mineração extrativista e as violências e violações desencadeadas por essa atividade produtiva.

O Projeto teve seu início formal em 2021 através de Rodas de Conversa que, em decorrência da pandemia, aconteciam de maneira virtual através de transmissão de vídeo ao vivo (*lives*) realizadas pela internet e publicadas no canal de YouTube Wiphala Frente de Trabalho. No ano de 2023 o projeto inicia sua atuação de modo presencial, realizando rodas de conversa no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) que compõe o campus da UFOP em Mariana-MG. O Projeto, que assume uma premissa de construção coletiva, é composto desde o seu início por uma equipe multidisciplinar abarcando áreas como Serviço Social, Psicologia, Jornalismo e Direito.

A partir das *lives* e rodas de conversas realizadas, foi possível constatar que as trajetórias que essas mulheres lutadoras sociais vivenciam são aproximadas pela situação de violência sofrida e são unificadas pelas lutas que operam. Nesse cenário, enfrentam desafios adicionais relacionados ao machismo, assédio e discriminação, características frequentemente presentes em ambientes predominantemente masculinos, como no caso da mineração. Um ponto em comum nos relatos das participantes é a atuação em espaços tradicionalmente dominados por homens, como movimentos sindicais e áreas de trabalho ligadas ao setor da mineração. Muitas relatam que começaram sua trajetória na luta social e coletivos sindicais em resposta à discriminação, ou foram incentivadas pelo exemplo de outras mulheres, destacando a importância da representatividade feminina como fator motivador para a continuidade da sua luta.

Os depoimentos expõem as violências enfrentadas no espaço de trabalho como o assédio e a preterição para cargos de chefia, além de outras formas de violência. Um cenário abordado com ênfase, especialmente nas *lives* realizadas no período da pandemia da COVID-19, foi o fato de que a pandemia exacerbou para a classe trabalhadora essas situações, impactando negativamente a saúde mental, aumentando o desemprego e a informalidade nos diversos setores. A essencialidade forjada para que a mineração continuasse funcionando durante a pandemia intensificou a precarização das condições de trabalho para a classe trabalhadora, especialmente para as mulheres diretamente vinculadas a essa atividade produtiva ou que se colocam no âmbito das lutas sociais. Nesse contexto, a crise na seguridade social também recebeu menção como um agravante,

refletindo a fraqueza dos sistemas de proteção social em responder adequadamente às necessidades das trabalhadoras e trabalhadores em tempos de adversidade.

O protagonismo das mulheres na luta por direitos é uma constante, com as participantes ressaltando seu papel de liderança em suas comunidades e em suas respectivas áreas de atuação. A criminalização de suas atividades, seja no contexto de luta e mobilizações sociais ou, na prática de seus ofícios tradicionais como o garimpo, representam desafios muito significativos e violentos enfrentados por elas.

É crucial nos depoimentos dessas mulheres, a vivência enquanto também pessoas atingidas pelos crimes da mineração e a busca e reivindicação por uma reparação efetiva. Relataram que há uma série de desafios institucionais impostos para atrasar o processo de indenização e restauração de suas vidas e comunidades. A ausência de respostas e ações eficientes por parte das empresas causadoras do rompimento-crime, da Fundação Renova – criada para realizar o processo de reparação, e do poder público reforçam o sentimento de desamparo e de injustiça em suas vidas e atuações sociais/políticas/de luta.

Muitas mulheres também retrataram o adoecimento físico e mental que passaram a vivenciar depois da interferência violenta das mineradoras em seus territórios. A questão da preservação ambiental é uma pauta central em todas as falas, pois constitui-se com uma luta constante contra a mineração extrativista/predatória e na defesa e reivindicação de um novo modelo de mineração sustentável e adequado às comunidades locais. As convidadas, que vivenciam as consequências da mineração extrativista em larga escala de perto, em seu cotidiano, destacam os impactos e a devastação causada em suas comunidades, contestando questões impostas como a servidão mineral e a dependência econômica do minério.

Todos os depoimentos ilustram a interseção entre opressões de gênero à mulher, precarização das relações de trabalho, destruição do meio ambiente e negativa de acesso direitos sociais, demonstrando como as mulheres estão na linha de frente nas lutas por estas questões/pautas essenciais à coletividade, promovendo uma resistência consistente, contínua e sólida frente aos desafios impostos pela mineração extrativista nos marcos do capitalismo dependente na região do Quadrilátero Ferrífero.

É possível considerar, através das árduas conquistas cotidianas alcançadas e relatadas em seus depoimentos, que essas mulheres encarnam a resistência e a luta com imensa bravura, no entanto, o potencial da luta dessas mulheres é o fato de que não limitam seus feitos apenas ao âmbito pessoal e individual, mas o estendem à comunidade e ao território, ou seja, suas ações demonstram a força coletiva que transcende barreiras

e promove mudanças significativas no âmbito social, e seus relatos e experiências são fundamentais para entendermos a magnitude e o impacto de suas lutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma análise crítica dos impactos sociais e ambientais da mineração extrativista, buscou-se evidenciar a multiplicidade das lutas sociais que são protagonizadas pelas mulheres em um cenário de opressão capitalista e patriarcal em Minas Gerais, no Brasil e na América Latina, demarcando que essa é uma condição imposta por esse sistema articulado de exploração e dominação.

Examinou-se o contexto da mineração no QF, destacando brevemente as consequências devastadoras dos rompimentos criminosos de barragem e das dinâmicas de exploração e expropriação praticadas pelo modelo de extrativismo na região e a emergência das lutas sociais decorrentes da resistência e enfrentamento a esse cenário. Além disso, destacou-se a emergência das lutas sociais protagonizadas pelas mulheres como resposta de resistência e enfrentamento a esse cenário de exploração/destruição.

O atravessamento desse contexto na vida e luta dessas mulheres pôde ser observado/ evidenciado através das entrevistas e depoimentos cedidos pelas mulheres que participaram das *lives* e das rodas de conversa do Projeto Flor de Anahí – Mulheres Lutadoras Sociais, que dedicam suas vidas ao enfrentamento e resistência à ofensiva do modelo extrativista, reafirmando seu papel central nas lutas sociais da região de Mariana, de Ouro Preto e seus distritos.

Por fim, é pertinente destacar a relevância de ações como o Projeto Flor de Anahí – Mulheres Lutadoras Sociais, que se dedica a dar visibilidade ao protagonismo das mulheres nas lutas operadas por diversos sujeitos coletivos feministas e movimentos sociais da região, o que reafirma o compromisso da UFOP com a construção e o fortalecimento contínuo do vínculo com o território, sublinhando o papel fundamental da universidade pública na promoção e no suporte de ações que visam a emancipação humana e a justiça social.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BERTOLLO, K. Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

BERTOLLO, K. O enfrentamento à mineração extrativista no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais: considerações sobre o surgimento, constituição e atuação da FLAMA. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45074>.

COELHO, T. P. Dependência e mineração no quadrilátero ferrífero-aquífero: o discurso do desenvolvimento minerador e o Projeto Apollo. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FELIX, D C; BONIFÁCIO, M. C. de S; OLIVEIRA, L. H. P de. AtingidAs. 2017. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/URL-do-video>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FONSECA, M. V. A educação como expressão do urbano na cidade de Mariana na primeira metade do século 19. *História Da Educação*, v. 20, n. 48, p. 193-212, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/49027>.

GEOPARK QUADRILÁTERO FERRÍFERO. Localização. 2016. Disponível em: <http://www.geoparkquadrilatero.org/?pg=geopark&id=162> . Acesso em: 18 fev. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. Diretoria de Proteção Ambiental – DIPRO. Coordenação Geral de Emergências Ambientais – CGEMA. Laudo Técnico Preliminar: impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. Nov. 2015.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE (IUCN). Factsheet TR01. [Online]. Disponível em: <https://iucn.org/sites/default/files/2023-03/factsheet-tr01-portuguese.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2024.

MARINI, R. M. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MIGUEL, J. C. A curricularização da extensão universitária no contexto da função social da universidade. *Revista Práxis Educacional*, Marília, v. 19, n. 50, p. e11534, 2023. Universidade Estadual Paulista - Marília, São Paulo, Brasil.

PRADO FILHO, J. F.; SOUZA, M. P. O licenciamento ambiental da mineração no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais: uma análise da implementação de medidas de controle ambiental formuladas em EIAs/RIMAs. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 9, n. 4, p. 343–349, out. 2004.

ROSA, D. D. Violências e resistências: impactos do rompimento da barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton sobre a vida das mulheres atingidas em Mariana/MG. 2019. 321 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/32734>. Acesso em: 15 ago. 2024

SENRA, R. A mãe que sofreu aborto na lama e luta para incluir feto entre vítimas de Mariana. *BBC Brasil*, 31 out. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37829548>. Acesso em: 1 out. 2024.